

DIAGNÓSTICO SOCIOECONOMICO

## Justiça dá mais 30 dias para Samarco e MPF concluírem negociações

De acordo com a decisão da 12ª Vara Cível de Minas Gerais, tanto o Ministério Público quanto a Samarco, mineradora responsável pela barragem, pediram para que o prazo fosse estendido



Bento Rodrigues ficou destruído após rompimento de barragem

PUBLICADO EM 16/05/17 - 17h39

**NATÁLIA OLIVEIRA**

SIGA NO TWITTER @OTEMPO

A Justiça Federal determinou nesta segunda-feira (15) a extensão do prazo para que o Ministério Público Federal e a Fundação Renova concluam as negociações para contratação da empresa que ficará responsável pelo diagnóstico socioeconômico da tragédia da barragem de Mariana, em Minas Gerais, que se rompeu em novembro de 2015. A justiça deu mais 30 dias para a negociação entre os órgãos.

De acordo com a decisão da 12ª Vara Cível de Minas Gerais, tanto o Ministério Público quanto a Samarco, mineradora responsável pela barragem, pediram para que o prazo fosse estendido. Segundo a decisão judicial em março a Justiça já tinha dado um prazo de 60 dias para a conclusão das negociações, porém nenhum resultado foi apresentado.

“Apesar do prazo concedido, lamentavelmente, nenhum resultado concreto relativo ao Diagnóstico Socioeconômico foi apresentado a este juízo nesse período”, escreveu o Juiz Federal Marco de Paula Franco Júnior.

Ainda de acordo com a decisão o juiz estendeu o prazo, porque não teve nenhum resultado para a conclusão dos trabalhos. “Mais uma vez, faço consignar que as tratativas sobre o eixo diagnóstico socioeconômico devem ter prosseguimento, com resultados concretos, findando-se no prazo de 30 dias, oportunidade em que deverá ser apresentado a este Juízo as bases constitutivas do acordo preliminar quanto ao referido eixo”, determina o juiz.

Por meio de nota a Samarco confirmou o aumento do prazo por mais 30 dias e informou que está trabalhando para concluir os trabalhos. “A Samarco reforça que está em negociação com os Ministérios Públicos Federal e Estadual e trabalha na construção do acordo.” informou a empresa por nota. O Ministério Público Federal (MPF) foi procurado por meio da assessoria de imprensa, mas não retornou o contato da reportagem de O TEMPO.

O rompimento da barragem em Bento Rodrigues, distrito de Mariana, na região Central de Minas, destruiu o município, deixou mortos e atingiu o Rio Doce comprometendo o abastecimento e a pesca de várias cidades do interior de Minas.